

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

PLANO MUSEOLÓGICO E PLANO DE MANEJO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O MAPA CONCEITUAL DE UM MUSEU E UM PARQUE NATURAL

MUSEOLOGICAL PLAN AND MANAGEMENT PLAN: A COMPARISON BETWEEN THE CONCEPTUAL MAP OF A MUSEUM AND A NATURAL PARK

José Luis Gonçalves Zacarias Junior – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO)

Marcus Granato – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST; MCTI)

Antonio Carlos dos Santos Oliveira – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST; MCTI)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo explora as semelhanças e diferenças entre os planos museológicos e de manejo, destacando seus papéis na preservação do patrimônio cultural e natural. Metodologicamente, o estudo utiliza revisão bibliográfica crítica, além de mapas conceituais como ferramenta de análise. O estudo demonstra que, embora esses instrumentos atendam a objetivos distintos, compartilham estruturas e desafios comuns. O artigo enfatiza a importância de ambos os planos para a preservação patrimonial, destacando que, apesar de suas particularidades, eles podem se beneficiar de uma gestão integrada, especialmente em contextos em que cultura e natureza se entrelaçam. A partir dos métodos de análise documental e de pesquisa bibliográfica, torna-se possível reforçar a necessidade de políticas públicas articuladas e a valorização de profissionais especializados em ambas as áreas, pois a partir da exigência da preservação, têm-se a possibilidade de se trabalhar com abordagens específicas, os museus do cunho cultural focando em acervos e educação, enquanto os parques focados no natural com a priorização dos ecossistemas e biodiversidade. O artigo ainda aborda os desafios relacionados à elaboração e implementação de planos museológicos e planos de manejo.

Palavras-chave: museus; parques; plano museológico; plano de manejo.

Abstract: This article explores the similarities and differences between museum and management plans, highlighting their roles in preserving cultural and natural heritage. Methodologically, the study uses a critical literature review and conceptual maps as a tool and concept maps as an analysis tool. The study demonstrates that, although these instruments meet different objectives, they share common structures and challenges. The article emphasizes the importance of both plans for heritage preservation, highlighting that, despite their particularities, they can benefit from integrated management, especially in contexts where culture and nature are intertwined. From the methods of documentary analysis and bibliographic research, it becomes possible to reinforce the need for articulated public policies and the valorization of professionals specialized in both areas, because from the requirement of preservation, it is possible to work with specific approaches, museums of a cultural nature focusing on collections and education, while parks focused on the natural with the prioritization of ecosystems and biodiversity. The article also addresses the challenges related to the preparation and implementation of museum plans and management plans.

Keywords: museums; parks; museological plan; management plan.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é uma fonte de informações para os estudos científicos em diversas áreas do conhecimento, entre elas a Museologia, a Antropologia, a Arqueologia, a Arquitetura e a Sociologia. Os estudos sobre patrimônio cultural e natural constituem um campo interdisciplinar de estudo, abrangendo áreas como Museologia, Antropologia, Arqueologia e Sociologia, ao fornecer análises sobre a evolução das sociedades, suas práticas culturais e sua relação com o meio ambiente (Lourenço; Granato, 2015).

No entanto, a fragmentação conceitual entre cultura e natureza, bem como a falta de abordagens integradas na preservação e gestão desses patrimônios, representa um desafio significativo. Através do patrimônio cultural é possível estudar a evolução das sociedades ao longo do tempo, suas práticas culturais, suas crenças e valores, seus modos de vida e suas transformações.

A musealização, conceito desenvolvido por autores como Peter Van Mensch, Ivo Maroevic, Teresa Scheiner e Bruno Brulon, evidencia o processo de transformação de objetos e saberes em patrimônio museológico, destacando a necessidade de uma gestão que considere tanto sua dimensão material quanto imaterial (Brulon, 2019).

O patrimônio cultural pode ser definido como um conjunto de bens culturais que representam a sociedade onde foi constituído, preservado através de ações de transferências do conteúdo (como se faz, onde se faz e porque se faz) e suporte (se for tangível existe um objeto físico ou se for intangível existe uma ideia ou conceito) destes bens.

O problema central desta pesquisa reside na dicotomia entre patrimônio cultural e natural, que muitas vezes resulta em políticas de preservação desintegradas, comprometendo a sustentabilidade desses bens.

Lourenço e Granato (2015), no âmbito do patrimônio cultural, ressaltam a relevância dos bens tangíveis e intangíveis aos quais foram atribuídos diversos valores. A Declaração de Caracas (ICOM, 1992) reforça a importância da valorização dos bens culturais em suas múltiplas dimensões, porém, na prática, persiste uma dissociação entre ações de preservação cultural e ambiental.

Embora o patrimônio cultural e o patrimônio natural sejam frequentemente tratados como categorias distintas, eles estão intrinsecamente conectados. Nesse contexto, esta

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

pesquisa teve como objetivos: analisar criticamente as abordagens de musealização e gestão museológica aplicadas ao patrimônio integrado, com base nos conceitos de Manuelina Duarte Cândido (2020) sobre planejamento museológico e identificar os pontos comuns entre os modelos de patrimônios cultural e natural como elementos indissociáveis. A autora aborda o Plano Museológico como um instrumento fundamental para a organização estratégica de museus integrando dimensões como preservação do acervo, gestão administrativa e ações educativas. Ela enfatiza que esse plano deve ser flexível e participativo, envolvendo desde a documentação de coleções até o engajamento comunitário, sempre alinhado às políticas museológicas nacionais e às demandas sociais.

Muitas paisagens culturais, por exemplo, são resultado da interação entre seres humanos e o meio ambiente ao longo de séculos. Metodologicamente, o estudo utiliza revisão bibliográfica crítica, abrangendo autores fundamentais da Museologia e Patrimônio, além de análise documental de diretrizes internacionais, como a Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972).

No Quadro 1, a seguir, destacam-se as principais diferenças entre o patrimônio cultural e o patrimônio natural.

Quadro 1 - Aspectos do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural

Aspecto	Patrimônio Cultural	Patrimônio Natural
Definição	Conjunto de bens tangíveis e intangíveis que expressam a identidade, história, arte e tradições de um povo.	Conjunto de elementos naturais – como paisagens, ecossistemas, biodiversidade e formações geológicas – formados por processos naturais.
Origem	Resulta da ação e criatividade humanas ao longo da história, incluindo manifestações artísticas, tradições, costumes e realizações históricas.	Decorre dos processos naturais e dinâmicas ambientais, sem intervenção humana direta na sua formação.
Exemplos	Monumentos históricos, sítios arqueológicos, museus, obras de arte, festas e tradições populares.	Parques nacionais, reservas naturais, florestas, montanhas, rios, lagos e paisagens únicas.
Valor	Histórico, simbólico, artístico, científico e identitário – reforçando a memória e a cultura de uma comunidade.	Ecológico, científico, paisagístico e de sustentabilidade – fundamental para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade.
Conservação	Envolve restaurações, legislações específicas, programas de preservação cultural e ações de educação e difusão da memória coletiva.	Realizada por meio de áreas protegidas, políticas ambientais, manejo sustentável e criação de reservas que garantam a preservação dos recursos naturais.

Fonte: elaboração própria (2025)

O patrimônio cultural e o patrimônio natural representam duas vertentes complementares da herança humana, cada uma com características próprias, mas igualmente importantes para a sociedade. O patrimônio cultural compreende bens materiais e imateriais criados pela ação humana ao longo do tempo, como monumentos históricos, obras de arte, tradições e expressões culturais, que carregam valores históricos, simbólicos e identitários fundamentais para a memória coletiva. Sua preservação envolve ações de restauração, legislações específicas e programas educativos que visam manter viva essa riqueza cultural.

Já o patrimônio natural é formado por elementos naturais como ecossistemas, paisagens, formações geológicas e biodiversidade, que possuem valor ecológico, científico e paisagístico essencial para o equilíbrio ambiental. Sua conservação se dá através da criação de áreas protegidas, políticas de manejo sustentável e estabelecimento de reservas naturais.

Embora distintos em sua origem - um sendo produto da criatividade humana e outro resultado de processos naturais - ambos os patrimônios compartilham a necessidade de proteção especializada e reconhecimento como bens de valor universal, exigindo esforços conjuntos do poder público e da sociedade para garantir sua preservação em longo prazo. Essa dualidade entre o criado pelo homem e o formado pela natureza forma um conjunto patrimonial integrado que reflete tanto nossa história cultural quanto nossa dependência e relação com o meio ambiente.

Neste tópico, buscou-se apresentar as bases conceituais e históricas que fundamentam a compreensão do patrimônio cultural e natural. Esses conceitos não são estáticos pois eles evoluem em resposta às mudanças sociais, políticas e ambientais. A seguir, serão exploradas as diferenças e semelhanças entre esses dois tipos de patrimônio, destacando suas particularidades e pontos de convergência.

2 CONCEITOS DE MUSEU E PLANO MUSEOLÓGICO

Os museus tradicionais desempenham um papel fundamental na preservação, educação e promoção da cultura, diante da responsabilidade de preservar o patrimônio cultural para as gerações futuras. Neste texto, exploraremos os conceitos de museus, destacando suas características, bem como as contribuições que oferecem para a sociedade (Valente; Cazelli; Alves, 2005).

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi criado em 1946, a partir de duas reuniões importantes que marcaram o seu nascimento, a reunião na França onde determinou

e elegeu o seu primeiro presidente, o estadunidense Chauncey J. Hamlin que contribuiu de forma ímpar para a criação do ICOM. A reunião do México onde foram discutidas diversas questões que foram importantes para o futuro dos museus no mundo.

O ICOM é conhecido por ser uma associação e organização não governamental que define diretrizes profissionais e éticas para atividades em museus, atuando como um grupo de especialistas que expõem sugestões sobre temas ligados ao patrimônio cultural, que estimulam o aprimoramento de habilidades e a difusão do conhecimento. Além disso, o ICOM representa os profissionais do campo da Museologia em nível global, ampliando a consciência cultural do público por meio de redes internacionais e iniciativas colaborativas.

O ICOM se debruça diante de 5 missões fundamentais:

- estabelecer padrões de excelência
- ser um fórum diplomático
- desenvolver rede profissional
- animar um centro global de reflexão
- realizar missões internacionais

(Estatutos do ICOM, 2023).

Inicialmente, as preocupações do ICOM perpassaram por três pontos significativos para o desenvolvimento dos bens culturais: o papel educativo dos museus, as exposições e a circulação internacional de bens culturais, a conservação e restauro de bens culturais.

O Museu já não se resume mais a uma instituição dedicada apenas à curadoria de coleções, mas também deve desempenhar um papel ativo na sociedade e em seu progresso, ampliando as possibilidades de desfrute. Mesmo sendo considerado antiquado, o conceito de coleção como núcleo central do museu frequentemente ressurge.

A Museologia engloba uma variedade de temas, incluindo a curadoria, a conservação, a educação museal, o design de exposições, a pesquisa e a gestão de coleções (Cury, 2009). Os profissionais da área são responsáveis por planejar e implementar exposições, criar programas educativos, conduzir pesquisas e garantir a integridade e conservação dos objetos museológicos. A Museologia enfrenta uma série de desafios no século XXI, um deles é o equilíbrio entre a conservação e a acessibilidade das coleções (Macedo, 2018).

Sendo assim, todos os museus possuem a obrigação de serem reconhecidos por meio de registro nos órgãos competentes. A partir do Plano Museológico o museu terá um respaldo para que esse registro seja realizado de forma em que o mantenha preservado.

O Plano Museológico é um documento estratégico de gestão que define as diretrizes, objetivos e ações necessárias para o funcionamento, desenvolvimento e sustentabilidade de um museu. Ele serve como um instrumento de planejamento que organiza as atividades museológicas de forma sistêmica, integrando aspectos como preservação do acervo, exposições, pesquisa, educação, segurança e gestão financeira (Brasil, 2009).

Com isso, estabelece-se aqui o conceito fundamental que norteou o desenvolvimento do presente tópico, o qual se insere no processo de preservação da integridade institucional para as futuras gerações, tendo como premissa constituir-se enquanto representação legítima da sociedade e de suas múltiplas expressões culturais.

Esta formalização não representa mera burocracia, mas sim um compromisso ético institucional que garanta a salvaguarda do patrimônio musealizado como testemunho material e imaterial da trajetória coletiva, assegurando sua permanência como fonte de conhecimento e reflexão para posteridade.

3 CONCEITOS DE PARQUES E PARQUES MUSEALIZADOS

A criação das áreas naturais protegidas foi uma estratégia da sociedade moderna para que se pudesse conservá-las e preservá-las, pois a ideia era a de proteger a biodiversidade e, assim, contribuir para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, de acordo com as Conferências da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) na década de 1970.

No Brasil, a criação de parques foi iniciada no ano de 1937. O Parque Nacional (PARNA)¹ é uma Unidade de Conservação (UC) que faz parte da categoria de Unidades de Proteção Integral à natureza e que permite o uso indireto e protegido dos recursos naturais.

Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:

1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (Brasil, 2000).

Todos os parques nacionais, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)², devem ser “manejados principalmente para conservar ecossistemas intactos para as futuras gerações, permitindo a recreação e educação ao ar livre

¹ Parques Nacionais.

² O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foi criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que representa os grupos de Unidades de Conservação (UC), sendo eles: federais, estaduais e municipais.

e instalações compatíveis com as finalidades conservacionistas, tolerando moderadas intervenções humanas” (Brito, 2000, p. 44).

O SNUC possui objetivos que englobam a conservação e preservação de uma UC, de modo que o parque esteja disponível para usufruto da população como um todo. Mediante ao exposto anteriormente, veremos a seguir alguns dos importantes objetivos do SNUC:

I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica [...]; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção [...]; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento [...] (Brasil, 2000).

A partir desses objetivos, o SNUC pode colaborar para a valorização das UC's, com algumas diretrizes. O SNUC gere as UC's sistemicamente através dos órgãos públicos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)³, que tem como intuito a implementação do SNUC, o Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁴, com a premissa de gerenciar o SNUC, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁵ e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁶ que partem da vertente do cumprimento da lei das UC's em âmbito federal, estadual e municipal (Brasil, 2000).

Os Parques Nacionais possuem políticas de conservação e preservação que estabelecem a orientação e o direcionamento das ações e medidas de gestão dessas áreas protegidas. Ambas as políticas têm como objetivo principal garantir a preservação e conservação dos recursos naturais, culturais e históricos presentes nos parques, promovendo a sua sustentabilidade e a oferta de benefícios socioambientais (Brasil, 2000).

Os parques naturais têm uma função importante para a população, pois permitem que as pessoas possam desfrutar de espaços naturais preservados, com certeza determinando uma melhoria da qualidade de vida e bem-estar. Além disso, os parques naturais podem ser

³ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) parte da premissa de adoção de medidas a respeito do Licenciamento Ambiental.

⁴ O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é uma autarquia da União responsável por toda política nacional de meio ambiente.

⁵ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem como foco a proteção e preservação da biodiversidade e das unidades de conservação de cunho federal através da implantação, gestão, fiscalização e do monitoramento das áreas naturais.

⁶ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) possui a missão de formular e implementar políticas públicas ambientais.

utilizados para atividades educacionais, científicas e culturais, ajudando a conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação ambiental e da biodiversidade (Brasil, 2000)⁷.

Segundo Beliani (2012, p. 4):

Acreditamos que a preservação e a musealização dos Parques Nacionais possibilitem a noção de cuidado pela vida em interdependência com a cultura, a natureza e a sociedade. É importante destacar que, atualmente, valorizam-se as questões culturais e aquelas questões ligadas à conservação da geodiversidade e da biodiversidade, bem como a interdependência dos ecossistemas importantes para uma região. O patrimônio desta forma representado será valorizado, inventariado, catalogado, pesquisado, documentado e comunicado em seu próprio território, possibilitando aos diversos atores, envolvidos nos processos referentes ao território a ser preservado, o conhecimento e a salvaguarda destas referências patrimoniais.

Um parque musealizado é aquele que possui um acervo de objetos culturais, históricos, artísticos ou científicos, que são expostos em espaços especialmente projetados para a visitação pública. É importante ressaltar que, independentemente de ser um parque musealizado ou não musealizado, a preservação e a conservação do patrimônio cultural e natural é fundamental para garantir sua continuidade.

A principal diferença entre os dois tipos de parques está na presença ou ausência de uma musealização propriamente dita, “assim, se todo Parque Nacional - incluindo também os estaduais e municipais - forem musealizados, isto poderá proporcionar ao visitante maior acesso às potencialidades e representações que cada Parque possui em interdependência com o Planeta” (Beliani, 2012, p. 151). Ambos os parques, musealizados e não musealizados, têm sua importância e funcionam para o bem-estar da sociedade e para a preservação do patrimônio natural e cultural. Cabe aos gestores públicos e privados avaliar qual é a melhor forma de administrar esses espaços, levando em conta uma possível musealização considerando suas características e objetivos específicos.

Os parques apresentam várias características distintas. Em primeiro lugar, abrangem uma variedade de paisagens naturais, como florestas, rios e montanhas. Além disso, os parques musealizados possuem elementos culturais, como sítios arqueológicos, monumentos históricos, tradições locais e patrimônio imaterial. Esses elementos são interpretados e apresentados aos visitantes através de exposições, trilhas interpretativas, performances culturais e programas educacionais (Guerra, 2016).

⁷ Lei 9.985/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

As políticas públicas de parques e museus visam garantir a preservação do patrimônio cultural e natural, bem como promover a educação ambiental e o turismo sustentável. Essas políticas incluem a implementação de planos de manejo para orientar as atividades dentro do parque, a adoção de medidas de conservação e preservação do patrimônio cultural, a realização de atividades educativas e culturais, além de ações de monitoramento e fiscalização (Beliani, 2012).

O Plano de Manejo é o principal instrumento de gestão de um parque. Ele define as diretrizes para a conservação, o uso público e a gestão dos recursos naturais e culturais. O Plano de Manejo incorpora políticas culturais de forma integrada. Em contrapartida, o Plano Museológico, que é um documento que orienta a gestão de museus, define sua missão, objetivos, acervo, exposições e programas educativos.

4 ANÁLISE DOS MAPAS CONCEITUAIS DE UM MUSEU E DE UM PARQUE NATURAL

Os mapas conceituais são ferramentas gráficas que auxiliam na visualização dos objetivos de uma entidade, no fluxo de trabalho e na estruturação de conceitos, permitindo uma representação organizada do conhecimento. Desenvolvidos por Joseph D. Novak na década de 1970, com base na teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, esses mapas se caracterizam por organizar informações de forma hierárquica, conectando conceitos por meio de linhas e palavras de ligação que explicitam as relações entre as ideias.

Essa estrutura não apenas facilita a compreensão de sistemas complexos, como também serve como um instrumento eficaz para o planejamento estratégico, seja na elaboração de um plano museológico ou na gestão de um plano de manejo para áreas naturais. Ao integrar conceitos-chave de maneira lógica e visual, os mapas conceituais se tornam um procedimento valioso para a tomada de decisões e a comunicação de processos em diferentes contextos institucionais e ambientais.

Para construir um Mapa Conceitual deve-se identificar o tema central - "Plano Museológico" ou "Plano de Manejo" -, listar conceitos-chave relacionados ao tema, organizar hierarquicamente, do mais geral ao mais específico, conectar os conceitos com linhas e palavras de ligação (ex.: "inclui", "influência", "requer"), revisar e ajustar para garantir clareza e coerência.

O mapa conceitual do Plano Museológico tem como tema central a estruturação estratégica do museu, organizando-se em conceitos principais interligados. A "Missão e

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Objetivos" definem a finalidade da instituição, como "Preservar acervo" e "Promover educação patrimonial", conectando-se por palavras de ligação como "Define" para estabelecer seu propósito.

A "Gestão de Acervo" engloba subitens como "Catalogação", "Conservação" e "Documentação", relacionados pela palavra-chave "Inclui" para demonstrar suas componentes essenciais. As "Ações Educativas" abrangem iniciativas como "Programas para escolas" e "Exposições temporárias", associadas ao termo "Promove" para indicar seu impacto no público.

A "Sustentabilidade" aborda aspectos como "Financiamento" e "Parcerias", enquanto a "Acessibilidade" trata de "Infraestrutura adaptada" e "Programas inclusivos", formando uma rede de conceitos que ilustra de maneira integrada as dimensões administrativas, culturais e sociais do plano museológico.

O mapa conceitual do Plano de Manejo tem como tema central a gestão integrada de áreas naturais, estruturando-se em conceitos-chave inter-relacionados. O "Diagnóstico Ambiental" forma a base do plano, englobando subitens como "Biodiversidade", "Geologia" e "Clima", conectado pela expressão "Baseia-se em" que estabelece sua relação fundamental com o plano geral.

O "Zoneamento" divide-se em áreas específicas como "Zona de preservação" e "Zona de uso público", demonstrando a organização espacial do território. A "Gestão de visitantes" aborda aspectos como "Sinalização" e "Capacidade de carga", sendo que esta última "Exige" medidas de controle adequadas. O "Monitoramento ecológico" focaliza questões como "Espécies ameaçadas" e "Impactos antrópicos", enquanto a "Participação comunitária" integra ações como "Educação ambiental" e "Turismo sustentável", formando uma rede de elementos que representam as dimensões ecológicas, administrativas e sociais envolvidas na gestão sustentável de unidades de conservação.

A articulação entre o Plano de Manejo e o Plano Museológico é essencial para garantir uma gestão integrada do patrimônio cultural e natural. Essa integração ocorre por meio de aspectos diversos apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Definições e Atribuições do Plano de Manejo e do Plano Museológico

Aspecto	Plano de Manejo	Plano Museológico
Definição	Documento que orienta a gestão de uma unidade de conservação, como parques nacionais.	Documento que orienta a gestão de um museu ou instituição cultural.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Objetivo Principal	Conservação da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos naturais, aliada ao uso sustentável.	Preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio cultural e artístico.
Escopo	Abrange toda a área da unidade de conservação, incluindo flora, fauna e ecossistemas.	Foca no acervo, nas exposições e nas atividades do museu.
Base Legal	Lei nº 9.985/2000 (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação).	Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) e políticas do IBRAM.
Elaboração	Desenvolvido pelo órgão gestor da unidade de conservação (ex.: ICMBio).	Desenvolvido pela equipe do museu, com participação de especialistas.
Componentes Principais	<ul style="list-style-type: none"> - Zoneamento - Gestão de recursos naturais - Uso público - Pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão do acervo - Exposições - Educação - Sustentabilidade.
Foco	Conservação ambiental e integração com atividades humanas sustentáveis.	Preservação e divulgação do patrimônio cultural e artístico.
Abrangência	Toda a área da unidade de conservação, incluindo zonas de proteção e uso público.	Espaço físico do museu e suas coleções, exposições e atividades.
Participação Social	Envolve comunidades locais, órgãos públicos e organizações ambientais.	Envolve especialistas em cultura, artistas, educadores e visitantes.
Exemplos de Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de trilhas interpretativas - Monitoramento de espécies - Zoneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Catalogação do acervo - Montagem de exposições - Programas educativos.
Desafios Comuns	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão urbana - Conflitos com atividades econômicas - Mudanças climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de recursos - Conservação do acervo - Atração de público.
Exemplo Prático	Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, que inclui gestão da Floresta da Tijuca.	Plano Museológico do Museu do Açude, que gerencia seu acervo de azulejos e arte.

Fonte: elaboração própria (2025).

O quadro anterior elucida que o Plano de Manejo tem como foco principal a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, abrangendo uma área geográfica ampla, incluindo ecossistemas e zonas de proteção. O Plano Museológico prioriza a preservação e a divulgação do patrimônio cultural, com ênfase no acervo e nas atividades educativas, restringindo-se ao espaço físico do museu e suas coleções.

A comparação entre planos museológicos e de manejo, embora atendam a finalidades distintas – um voltado para a gestão do patrimônio cultural e outro para a conservação ambiental –, permite verificar que compartilham cerca de 30% a 40% de semelhanças em sua estrutura e desafios. Ambos são documentos que estabelecem diretrizes para a preservação de bens valiosos, seja o acervo de um museu ou os ecossistemas de uma unidade de

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

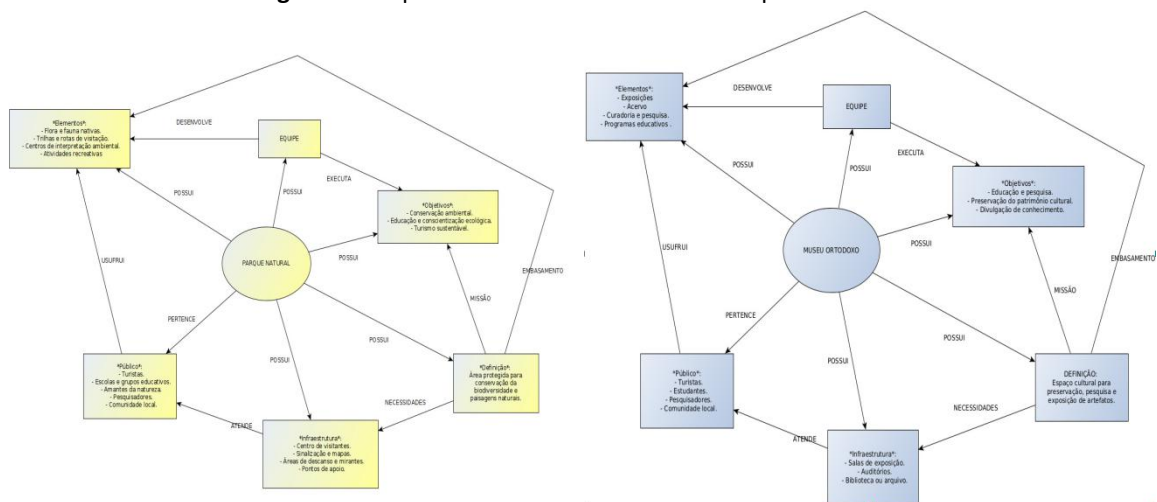
conservação. Têm como base legal instrumentos específicos, como o SNUC para os planos de manejo e o Estatuto de Museus para os museológicos.

No aspecto operacional, os dois planos envolvem zoneamento (no museu, a disposição de exposições; na unidade de conservação, a divisão de áreas de proteção e uso público) e gestão de recursos (sejam eles naturais ou culturais). Além disso, ambos enfrentam desafios como a necessidade de sustentabilidade financeira.

Em análise, se aproximadamente 30% a 40% desses planos se assemelham em termos de estrutura de gestão e desafios comuns, os 60% a 70% restantes são moldados por suas particularidades – ambientais e/ou culturais. Exemplos como o plano de manejo do parque e o plano museológico do museu ilustram bem essa complementaridade: ambos visam a preservação, mas de formas distintas, refletindo a riqueza e a complexidade das políticas de conservação no Brasil.

O Quadro 2 evidencia que, embora os dois planos tenham abordagens e focos diferentes, ambos são essenciais para a preservação do patrimônio natural e cultural, respectivamente. A integração entre eles, quando aplicável, pode fortalecer a gestão de espaços que combinam esses dois aspectos, como é o caso do parque e do museu. A Figura 1, a seguir, apresenta Mapas conceituais de Museus e Parque Naturais.

Figura 1 - Mapas conceituais de Museus e Parque Naturais



Fonte: elaboração própria (2025).

A Figura 1 apresenta os gráficos dos mapas conceituais de um parque e de um museu. Ambos apresentam os mesmos tipos e funções, o conteúdo diverge em espaço e quantidade, porém os objetivos possuem características semelhantes com verbos de ligação também semelhantes, garantindo que as funções intrínsecas de um museu e parque sejam próximas.

Os metadados utilizados para construção do mapa conceitual são: entidades, museu ou parque; público, estudantes, pesquisadores ou comunidades; infraestrutura, sinalização, salas de exposição, acolhimento, auditórios; elementos, acervo, atividades, elementos sob a curadoria da instituição; equipe, especialistas; objetivos, educação, pesquisa, turismo; definição, área protegida, exposição, pesquisa.

Verifica-se que a forma de representação em mapas propicia um melhor entendimento das relações entre os aspectos fundamentais nos dois casos aqui discutidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), complementado pelas políticas do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), constituem instrumentos jurídicos fundamentais para a proteção do patrimônio brasileiro, seja ele natural ou cultural. Embora atuem em esferas distintas - a primeira voltada para a conservação ambiental e a segunda para a preservação cultural -, ambas as legislações convergem em seus propósitos essenciais de garantir a salvaguarda e a gestão sustentável de bens de relevância inquestionável para a coletividade.

O SNUC estabelece um marco regulatório abrangente para a criação, implementação e administração de unidades de conservação, categorizando-as em dois grupos principais: as de proteção integral, como parques nacionais e estações ecológicas, e as de uso sustentável, exemplificadas por florestas nacionais e áreas de proteção ambiental. Esta legislação não apenas define parâmetros técnicos para zoneamento e pesquisa científica, mas também institui mecanismos de manejo de recursos naturais e participação comunitária, buscando harmonizar a preservação da biodiversidade com atividades humanas ecologicamente equilibradas.

Em paralelo, o Estatuto de Museus oferece o arcabouço legal para a organização e funcionamento dos museus no país, estabelecendo diretrizes claras para a gestão de acervos, o desenvolvimento de programas educativos, a garantia de acessibilidade universal e a busca por sustentabilidade financeira. À semelhança do SNUC, esta legislação prevê expressamente a participação social na construção de políticas públicas para o setor, além de integrar os museus num sistema nacional coordenado pelo IBRAM.

Enquanto o SNUC concentra seus esforços na proteção dos ecossistemas e da diversidade biológica, abordando desafios contemporâneos como as mudanças climáticas e

os conflitos socioambientais, o Estatuto de Museus dedica-se prioritariamente à valorização da memória coletiva e da identidade cultural, enfrentando obstáculos específicos como a conservação preventiva de acervos e a democratização do acesso ao patrimônio cultural. Não obstante essas diferenças temáticas, ambas as legislações compartilham desafios estruturais similares, particularmente no que tange à garantia de recursos financeiros estáveis e ao fortalecimento da articulação entre Estado e sociedade civil.

Ao longo desta análise, foram examinados os conceitos de museu e parque natural, seus papéis sociais distintos, porém complementares, bem como seus objetivos específicos na preservação de bens culturais e naturais, materializados através de seus respectivos instrumentos de planejamento estratégico - o plano museológico e o plano de manejo. Estes documentos guardam íntima relação com a preservação dos ativos sob sua guarda e com a construção de modelos de sustentabilidade que asseguram a preservação.

A partir da identificação e análise dos metadados e elementos comuns entre o plano museológico e o plano de manejo, constata-se que os mapas conceituais destes documentos revelam similaridades significativas que sugerem uma convergência funcional entre museus (com seus planos museológicos) e parques naturais (com seus planos de manejo). Esta analogia, contudo, não deve ser interpretada como equiparação absoluta, uma vez que as particularidades de cada tipo de instituição e seus contextos específicos impedem que se denomine um plano de manejo como plano museológico, ou vice-versa. Apesar das interfaces identificadas, cada instrumento mantém sua singularidade e especificidade, adequando-se às necessidades particulares de cada tipo de instituição na preservação do patrimônio que lhe é confiado.

REFERÊNCIAS

BELIANI, Elisama. **As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12069/elisama_beliani.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 138, p. 1-1, 2000.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1-1, 2009.

BRULON, Bruno S. O que é musealização? **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 8, n. 15, 2019.

CÂNDIDO, Manuelina Duarte. **Gestão e Planejamento Museológico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.

CURY, Marília Xavier. Museologia: novas tendências. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia. **Museu e museologias: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 25-41. (Série MAST Colloquia; v. 11).

GUERRA, Marília Falcone. **Musealização de territórios e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP**. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-20102016-102802/publico/MariliaFalconeGuerraREVISADA.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

LOURENÇO; GRANATO, 2015

ICOM. **Declaração de Caracas**. Venezuela, 1992.

MACEDO, Alba Tânia Rosaura. Coleções Museológicas e sua Conservação. *In*: VILELA, Sheila Elias (org.); PIRES, Márcia (dir.). **O Museu e seus saberes**. 1. ed. Goiânia, GO: SEDUCE, 2018. p. 20-30.

VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibebe; ALVES, Fátima. Museus, ciência e educação: novos desafios. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, [S./l.], v. 12, p. 183-203, 2005.

UNESCO. **Convenção do Patrimônio Mundial**. Paris, 1972.